

Hora de sacrifícios

Ao início de cada ano, os homens habitualmente abrem um intervalo em suas atividades para fazer o balanço de suas vidas. A partir da contabilização de erros e acertos, traçam planos para o futuro, invariavelmente sob o signo da esperança em melhores dias.

Assim como acontece com as pessoas, também o Governo pretende aproveitar a oportunidade proporcionada pelas convenções temporais para reformular sua estratégia de ação no campo econômico. O presidente José Sarney dedicou os últimos dez dias na ilha de Curupu ao estudo das propostas preparadas por sua equipe econômica, trabalho que deverá se estender ao longo desta semana até chegar à opção final por um dos caminhos sugeridos.

Pode-se até argumentar que, cumpridos quase quatro anos de mandato, o Presidente deveria a esta altura estar implementando a fase final de seu projeto de Governo — e não a examinar um modelo alternativo temporão. A magnitude e extensão da crise econômica não permitem, porém, considerações desta ordem. De nada adianta permanecer na contemplação do tempo perdido. Urge a adesão de todos os setores sociais e econômicos à tarefa de enfrentar o grande inimigo comum, a inflação, e derrotá-lo antes que o organismo social entre em processo de convulsão.

O enorme desafio que se apresenta ao presidente Sarney é exatamente o de obter tal adesão. As perspectivas neste

sentido são pouco animadoras, pois os representantes dos setores envolvidos nas negociações do Pacto Social já manifestaram que o engajamento em apoio às medidas do pacote em elaboração ficará condicionado à preservação dos interesses de seus representados. Ou seja, rejeitam liminarmente quaisquer sacrifícios setoriais. Ora, nenhum programa econômico capaz de enfrentar os índices estratosféricos da inflação brasileira terá qualquer chance de sucesso sem que imponha sacrifícios a parcelas importantes da sociedade.

Se os sacrifícios são inevitáveis, a questão que se coloca é como distribuí-los de forma a não haver, no final do processo, ganhadores e perdedores. Nesta etapa da vida nacional, todos deverão perder um pouco para a médio prazo, todos saírem lucrando com o controle da inflação. Trata-se, portanto, de o Governo ter talento e competência em administrar os interesses em conflito e encontrar a fórmula socialmente mais justa de distribuir os ônus da nova política econômica — e, mais, ser suficientemente convincente no trabalho de convencimento dos demais interlocutores do pacto.

Pelas informações que vazam de áreas próximas ao Presidente da República, esta tem sido a disposição que o inspira no exame das propostas que serão levadas à reunião dos negociadores do pacto, dia 11. Resta torcer para que a fórmula encontre o necessário consenso. Sem isso, o próprio pacto poderá não sobreviver a janeiro e o futuro poderá nos deixar, a todos, com saudade de 1988.